

# **Auditoria Interna e Gestão de Riscos em Instituições Financeiras**

**Luan Galves Mainardi**

**Orientadora: Prof. Me. Simone Taffarel Ferreira**

**2021/4**

## **Resumo**

Em um contexto de instabilidade e com um cenário econômico instável no Brasil, o gerenciamento de riscos é um instrumento gerencial necessário para que as instituições financeiras possam controlar e aumentar seus lucros, por meio da redução de perdas causadas por fraudes internas, além de outras perdas causadas pela falta de controles internos eficientes. O objetivo da pesquisa é identificar como a auditoria interna contribui para o efetivo gerenciamento de riscos das três instituições privadas no Brasil que apresentaram maior lucro líquido em 2020. A escolha deste tema tem por finalidade demonstrar a importância da auditoria interna, por meio da gestão de riscos, no combate e prevenção de fraudes em instituições financeiras. Com base na pesquisa aplicada, descritiva e qualitativa o estudo se realizou nas três instituições privadas no Brasil que apresentaram maior lucro líquido no ano de 2020, a partir da análise das demonstrações contábeis, notas explicativas e relatórios aos investidores. Os resultados das análises apontam que as três instituições financeiras atendem aos requisitos formulados e que a auditoria interna é um instrumento de suma importância para assertividade e segurança das informações para a tomada de decisão e transparência aos investidores e clientes, o que se traduz em maior lucratividade e fomento do mercado financeiro.

**Palavras-chave:** Instituições Financeiras Privadas. Auditoria Interna. Gestão de Riscos.

## **1 Introdução**

Observa-se cada vez mais a tentativa de fraudes no mercado financeiro brasileiro, segundo o estudo aproximadamente 94% das empresas do segmento financeiro já sofreram algum tipo de golpe entre 2017 e 2018, onde o mesmo previne-se de diversas formas para a contenção dessas tentativas, tanto de forma interna como externa, através da auditoria e setor de *compliance* da instituição (SILVA, 2018).

Na mesma medida que aumentam as fraudes, os investimentos, sejam em tecnologias ou em qualificação profissional, aumentam na mesma proporção. Desta forma, as instituições buscam prevenções destas ocorrências, para que não seja necessário repassar o custo destes investimentos em suas operações, onde acaba sendo prejudicial ao cliente e por ventura pode vir a ser para o seu modelo de negócio.

Segundo Boehm (2020), os bancos investem cerca de R\$ 2 bilhões por ano em sistemas de tecnologia da informação (TI) voltados para segurança, que correspondem cerca de 10% dos gastos totais do setor com TI, com o objetivo de garantir a tranquilidade dos clientes em suas transações financeiras cotidianas.

Para todas estas situações, existem ferramentas a serem trabalhadas com o auxílio da contabilidade a favor destas instituições financeiras, entre elas está a auditoria interna e o controle interno, em conluio com isso, vem a análise de todo operacional e documentação, sendo assim menor as probabilidades de haverem fraudes ou algum outro tipo de ação contra a instituição, que cause prejuízos, sejam financeiros ou de imagem. A auditoria interna visa desenvolver um plano de ação para avaliar e melhorar a eficácia do processo de gestão de riscos por meio da utilização de métodos sistemáticos e padronizados, de forma a auxiliar a organização no alcance de seus objetivos, agregando valor e melhorando as operações e

resultados da organização (PORTAL DE AUDITORIA, 2016).

As instituições financeiras estão diariamente sujeitas a diversos tipos de riscos. Os riscos operacionais correspondem ao grupo mais amplo de riscos aos quais as instituições financeiras estão sujeitas. Estes riscos normalmente são classificados em tecnológicos, de pessoas e de processos. Desta forma a gestão de riscos aliada a auditoria interna é fundamental para prever, classificar e mitigar os riscos presentes em cada procedimento. Isso fará com que reduza a probabilidade de eventos inesperados e demais perdas resultantes de riscos não calculados. É importante que este controle seja realizado por profissionais devidamente qualificados, pois é um trabalho complexo e de grande responsabilidade.

A empresa deve ter predisposição para promover mudanças e aceitar os riscos inerentes a elas. Qual é o apetite do negócio por riscos? Riscos não devem ser considerados ameaças, mas sim oportunidades para cada vez mais agregar valor ao negócio. Ter uma gestão de risco corporativo (da expressão em inglês *enterprise risk management*) em ação que possa identificar, controlar e planificar ações de mitigação dos riscos envolvidos no negócio é fator preponderante para seu crescimento sustentável (CHING, 2005,p.184).

Com base na delimitação do tema a proposta da questão de pesquisa para o estudo é: A partir do estudo descritivo é possível identificar como a auditoria interna contribui para o efetivo gerenciamento de riscos das três instituições privadas no Brasil que apresentaram maior lucro líquido em 2020. A proposta desta pesquisa é evidenciar como a auditoria interna em uma instituição financeira, está interligada diretamente com a mitigação de riscos operacionais, seja de ações internas como externas, onde a figura do profissional contábil está presente com a sua expertise para apoiar o setor de administração da instituição a fim de obter maior eficácia em suas operações. Além de demonstrar como a auditoria interna consegue canalizar as operações com maior risco e propor uma melhora em determinado setor. E fazer a divulgação da eficácia que a auditoria possui no setor financeiro, pois é um setor bastante operante com tecnologia, e cada vez mais se mostra possível de vulnerabilidade.

Em tempos de tecnologias e vulnerabilidade de dados, nunca foi tão importante que a auditoria interna tenha maior reconhecimento, pois não é lhe dado o devido mérito, por tudo aquilo que ela representa dentro da organização, devido a ter uma ação preventiva e com isso, evitar fraudes e erros dentro da organização.

## **2 Referencial Teórico**

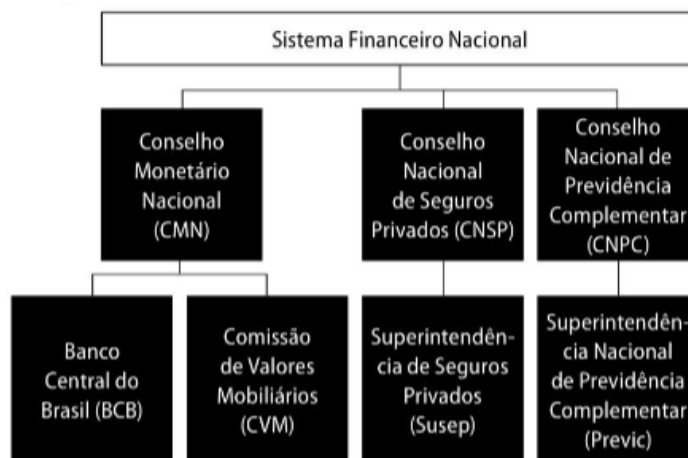
### **2.1 Sistema Financeiro Nacional**

O sistema financeiro é um conjunto de instituições e instrumentos financeiros que oportuniza a transferência de recursos dos poupadores, que dispõem de valores financeiros aos tomadores finais. Tal conceito é mencionado por Cavalcante (2002), criam condições para que os títulos e valores mobiliários tenham liquidez no mercado.

No Brasil, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) não é diferente em sua regulação. Órgãos de controle, entidades e operadoras, conforme figura 1, têm as funções de determinar regras gerais seguindo a regulamentação empregada no setor para o bom funcionamento do SFN; atuar para que os cidadãos e os integrantes do sistema financeiro sigam as regras definidas pelos órgãos normativos e lidar diretamente com o público no papel de intermediário financeiro (BACEN, 2020).

No Brasil, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) está basicamente disciplinado pela Lei nº 4.595/1964. O órgão máximo desse sistema é o Conselho Monetário Nacional (CMN). De modo geral, o SFN é composto pelos seguintes segmentos: moeda, crédito, capitais, câmbio, seguros privados e previdência fechada. Na Figura 1 apresenta-se a estrutura do SFN.

Figura 1 – Sistema Financeiro Nacional



Fonte: Modena (2020)

Como observa-se na Figura 1 o SFN, sistema financeiro nacional é composto pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Conselho de Recursos do SFN, Superintendência de Seguros Privados e Superintendência Nacional de Previdência Complementar. A seguir, descreve-se as principais atribuições de cada órgão. Machado (2015), cita que o Conselho Monetário Nacional é o órgão mais importante do SFN que tem como objetivo principal a formulação de políticas monetárias e de crédito, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil. É responsável pela definição das diretrizes gerais dos mercados de crédito, moeda e câmbio, e também fiscaliza as instituições financeiras. O Banco Central do Brasil (Bacen) é um órgão executivo do SFN é o principal executor dos pedidos do CMN, onde basicamente os seus objetivos são zelar pela liquidez econômica, incentivar a formação de poupança e sempre buscar o aperfeiçoamento do sistema financeiro. Ainda disserta sobre a CVM que é o órgão regulador do SFN. Sua responsabilidade se resume nesses 3 pilares que são o desenvolvimento, controle e fiscalização do mercado de valores mobiliários do Brasil.

O Conselho Nacional de Seguros Privados, conforme definido pelo Bacen, é o órgão responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados. O CNSP foi criado pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 (CARRETE E TAVARES, 2019). Entre suas principais funções estão a regulação da constituição, organização, funcionamento e fiscalização das atividades pertencentes a modalidade de seguros no país, aplicação de penalidades e determinação da profissão do corretor (CARRETE E TAVARES, 2019).

Superintendência de Seguros Privados (Susep) é a instituição que controla e fiscaliza os mercados de seguros, previdência privada, capital e resseguro. Foi criado em 1966 pelo Decreto nº 73. Suas capacidades incluem: lidar com solicitações de autorização para organização, operação, fusão, transferência de controle acionário e reforma do estatuto da companhia de seguros; determinação das condições da apólice, planos operacionais e taxações que o mercado de seguros do país adotará, a avaliação e aprovação de condições de cobertura especiais, determinando as taxas aplicáveis, averiguando e fiscalizando se as normas gerais de contabilidade e estatísticas estabelecidas pelo CNSP estão sendo cumpridas (MACHADO, 2015).

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) é o órgão responsável por regular o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar. Foi instituído pelo Decreto nº 7.123, de 3 de março de 2010 (CARRETE E TAVARES, 2019). E basicamente ele regula tudo que é atrelado a previdência complementar e

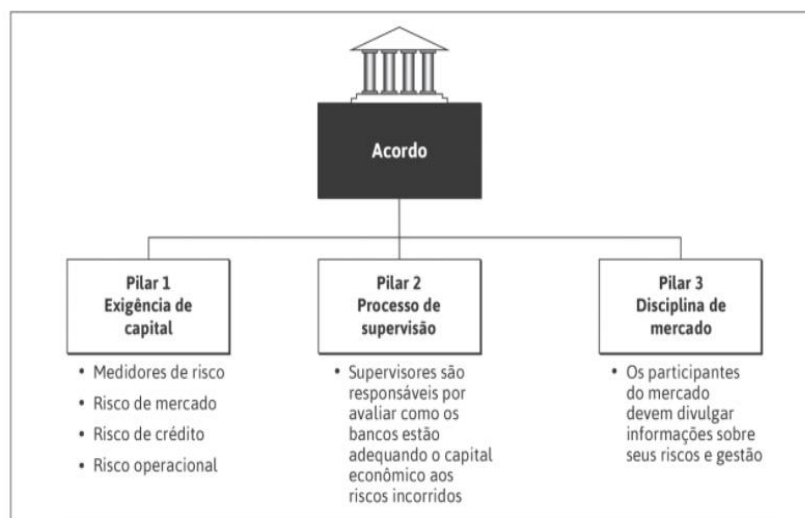
de entidades fechadas. Conforme conduzido por Baasch (2020), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC Criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, a PREVIC atua como uma entidade que fiscaliza e supervisiona as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e a implementação de políticas públicas para o setor fechado de previdência complementar cooperando com o Ministério da Economia. Sua missão institucional é supervisionar os fundos de pensão de forma ágil, eficaz e transparente para garantir a saúde e confiabilidade do sistema fechado de previdência complementar.

Acima foi citado os principais entes do sistema financeiro nacional, onde as instituições tem de cumprir suas determinações, e além disto as instituições tem ainda uma gama de responsabilidades e obrigações contábeis, onde a instituição deve sempre ter consigo a confiabilidade das informações, geradas através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), onde segundo (Piccin et al, 2019) a utilização de um plano uniforme auxilia a padronizar os lançamentos contábeis, fomentando o controle do risco sistêmico e auxiliando na interpretação de informações enviadas ao BACEN. No Brasil, conforme Sperandio (2019), a instituição financeira se mantém como um pilar importantíssimo na economia, pois gera diversos empregos tanto diretamente como indiretamente, onde além de trabalhar com o dinheiro de praticamente toda pessoa física e jurídica, auxilia as mesmas com transações financeiras, poupanças e investimentos.

## 2.2. Gestão de risco e sua importância nas instituições financeiras

Conforme Oliveira e Pinheiro (2018), risco é algo pertinente a atividade empresarial. No entanto é sempre produtivo e eficaz ter conhecimento dos riscos, e tentar se utilizar de ferramentas para tomar decisões e agir de forma que possamos reduzi-los ou eliminá-los. Já nas Instituições Financeiras, (Ferreira et al 2020) devem existir estruturas de gestão de riscos que sejam coerentes com seu tamanho e complexidade de produtos e serviços, atividades, processos e sistemas, para mitigar seus principais riscos de operação. Com todo esse risco corrido pelo sistema financeiro, não somente nacional, foi criado um acordo, denominado acordo da Basileia, onde o mesmo tem a sua sustentação em 3 pilares, afim de evitar o colapso de um sistema financeiro, que possa vir a ruinar um sistema econômico, igualmente houve, recentemente em 2008, nos Estados Unidos da América, onde a crise do *Sub-Prime*, como consequência gerou uma crise econômica mundial, retratado muito bem no filme, *A grande aposta (The Big Short)* - (MACKAY - 2015). Na Figura 2 observa-se a síntese do acordo que compõe a Basileia e seus 3 pilares.

Figura 2 – Pilares do Acordo da Basileia



Fonte: Banco Central do Brasil 2020.

Ao observar a Figura 2, em se tratando de uma instituição financeira é necessário a criação e manutenção de um sistema capaz de efetuar a gestão de riscos do negócio, o gerenciamento de riscos corporativos aborda eventos que podem impactar positivamente ou negativamente, ou ambos ao mesmo tempo. Aqueles que geram impacto negativo representam riscos que podem impedir a geração de valor ou mesmo disseminar o valor existente. No entanto, os de impacto positivo podem compensar os de impacto negativo ou podem constituir oportunidades, podendo influenciar favoravelmente a laboração dos objetivos e a criação ou a proteção de valor. É esperado que direção da organização seja capaz de definir o nível de risco que se dispõe a correr, ajustando e controlando seus processos internos a fim de mitigar seus riscos e potencializar suas oportunidades (OLIVEIRA E PINHEIRO, 2018).

Sempre na busca da diminuição do risco operacional nas instituições financeiras, surge a desregulamentação, a globalização e a desintermediação mudanças de definição dos mercados e alterações nos aspectos econômicos das operações nesses mercados. A desregulamentação desvinculou empresas a determinados segmentos de mercado, encorajando a consolidação e o crescimento de economias de escala e escopo. Por sua vez, a regulamentação está cada vez mais transitando entre fronteiras e setores. A crescente importância de entidades transnacionais, tais como o Banco de Compensações Internacionais (BIS) na Basileia, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Central Europeu, são demonstrações dessa mudança. Na globalização é a fuga da intermediação financeira, onde cada vez mais empréstimos e títulos, tentam ser desvinculados de bancos, e são feitos eletronicamente por usuários finais, dificultando assim a análise de todo o processo, principalmente em produtos e serviços de maior complexidade, no que dificulta a mensuração do risco operacional (DE OLIVEIRA E RADOS, 2017).

Basicamente no mercado financeiro são vistos os três maiores riscos existentes perante a sua função de instituição e para desempenho operacional da mesma que são eles o risco operacional, de crédito e de mercado, em que compõe na sua totalidade os riscos esperados.

O risco operacional por sua vez deve ser levado com atenção pelas instituições, pois ele contém perdas inesperadas resultantes de tratamentos incorretos de pessoal, de falta de sistema, controle inadequado, atividade não autorizada ou acontecimentos externos. Os métodos internos também decorrem de eventos externos que nem sempre estão sob o controle de uma organização, o sistema de gestão de risco operacional deve atravessar todo o esqueleto da instituição, para que sejam incorporadas à sua cultura e a todos os seus procedimentos gerenciais e operacionais (OLIVEIRA E SOARES, 2018).

O risco de mercado é sempre atrelado as novidades do mercado financeiro, onde o mesmo gera dinamismo e inseguranças aos investidores, no entanto o risco de mercado se refere sucintamente em variáveis em determinados períodos, principalmente atrelados à taxa de juros, taxa de câmbio ou preço dos ativos, no geral o risco é determinado em função de um desses fatores (OLIVEIRA E PINHEIRO, 2018)

O risco de crédito está ligado a expectativa de não-cumprimento da obrigação de pagamento realizada pelo tomador no momento da aquisição de um empréstimo, resultante de inadimplência do mesmo. Este tipo de risco é um dos mais levados em consideração nas operações financeiras e também é relacionado com problemas de falências bancárias, sendo também um dos mais comuns, já que a atividade das organizações como bancos e cooperativas de crédito se baseia na concessão de empréstimos (SANTOS,2018).

Nas instituições, para conter e mitigar a maioria dos riscos inerentes a operação tem se o setor de *compliance* que possui a finalidade de prevenir ou minimizar os riscos de violação às leis decorrentes de atividade praticada por um agente econômico e de qualquer um de seus sócios ou colaboradores (BARBOSA et al, 2021).

### 2.3. Auditoria Interna

A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva que presta serviços de avaliação e de consultoria com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. A auditoria auxilia a organização a alcançar seus objetivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança corporativa (IIA, 2012).

A NBC TI 01 que trata da Auditoria Interna, aprovada pela Resolução CFC nº 986/2003, traz o que a Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos. Observa-se que a auditoria interna tem por finalidade ser um auxílio na organização, onde a mesma de forma sistêmica consiga enxergar seus processos, e por meio disto, e assim buscar a maior eficácia de seus procedimentos afim da diminuição de riscos. Dessa forma, sua função é dar confiabilidade às informações, por meio da conferência das demonstrações de resultados financeiros e contábeis, evitando, ou, pelo menos, mitigando a manipulação de informações pelas empresas (FAVERSANI,2020). A busca na auditoria é sempre para termos uma exatidão nos processos e também nos resultados encontrados, por isso que a auditoria é importante nesse processo, pois ela dá a base para que ocorra com mais tranquilidade e transparência a exposição dos dados da instituição. Baseado nisso dentro das instituições financeiras, como elas possuem diversos segmentos e diversos níveis de controle e processo as auditorias são fundamentais para a saúde dela, no qual o auditor é de suma importância desde no nível das agências físicas até a inspeção de departamentos centralizados. Para isso criaram Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF (2020). No Quadro 1 apresenta-se os objetivos.

Quadro 1 – Objetivos do Plano Contábil das Instituições Financeiras

Capítulo	Objetivos
1.Normas Básicas	Indicar os procedimentos contábeis a serem seguidos pelas organizações, abrangendo instruções para os registros patrimoniais, as documentações e a auditoria.
2.Elenco e função das contas	Evidenciar as contas integrantes do Ativo e do Passivo, com as respectivas rubricas contábeis, o título e a função. Esse detalhamento permite uniformizar os lançamentos contábeis, uma vez que descreve o que deve ser registrado em cada conta patrimonial.
3.Documentos	Arrolar todos os documentos de cunho econômico, financeiro e contábil necessários para o atendimento das obrigações no BCB.
4.Anexos	Expor normas editadas por outros órgãos, como o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), recepcionadas pelo Cosif

Fonte: Modena,2020.

Abordado por De Souza (2020) os exames de auditoria necessitam ser realizados por meio de provas seletivas, testes de observância (conformidade) e substantivos e por amostragens, quando for o caso. Ao auditor, baseado nas definições do seu planejamento, cabe definir a amplitude de aplicação dos procedimentos e técnicas para alcançar as informações que delimitarão a sua opinião e o seu julgamento. Nisso ele deve sempre levar em conta três aspectos, a finalidade dos procedimentos e técnicas, igualmente ao grau de confiabilidade das informações, a sua natureza de atuação e o conhecimento de auditorias anteriores, e também a disponibilidade de informações, sua importância, a confiabilidade e comparabilidade da mesma. Sempre recordando que caso não haja como ele emitir o parecer com base nos fatos analisados e

apresentados, o auditor deve gerar novos procedimentos afim de chegar numa conclusão com grau razoável de certeza das informações apresentadas.

### 2.3.1 Auditoria Interna em Instituições Financeiras

Faversani (2020) traz que a auditoria interna teve novas diretrizes dispostas pela Resolução do Bacen 4.588/2017, essa resolução comenta sobre a atividade de auditoria interna nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e traz também os cenários em que ela não se aplica, anteriormente a isto vamos relembrar o conceito de auditoria, que está relacionado a um trabalho de análise sistêmica das atividades desempenhadas em determinada empresa ou setor, objetivando verificar a concordância com disposições previamente estabelecidas, resultando em um exame analítico pericial expresso em balanço. A auditoria interna auxilia a organização no alcance dos seus objetivos, mediante uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação da efetividade da gestão de risco, do controle e dos processos de governança. A auditoria interna exerce os seus trabalhos de forma aleatória e periódica, por meio de amostragens, a fim de legitimar o cumprimento das normas e processos estabelecidos pela alta administração, bem como a eficácia dos controles. O *compliance*, por sua vez, exerce as suas atividades de forma rotineira e permanente, sendo responsável por acompanhar e garantir que as diversas áreas e unidades da organização estejam em concordância com a regulação aplicável ao negócio. O *compliance* dedica, igualmente, grande parte dos seus esforços com atividades de comunicação e treinamento, tencionando à criação de uma cultura de *compliance* (DE SOUZA, 2013).

Definido por Blok (2020), *compliance* refere-se à realização de uma obrigação pautada em norma sendo o seu cumprimento importante não apenas para evitar sanções administrativas, mas sim através de um sistema de *compliance* estruturado assegurar-se a proteção da empresa e de seus dirigentes da prática de delitos e da colaboração com agentes criminosos, minimizando os riscos de responsabilidade penal e de desgastes perante a opinião pública. A auditoria interna efetua o rastreamento afim de obter eficiência máxima dos controles internos, identificando fraudes e erros, também é uma ferramenta indispensável na detecção de controles falhos, focando no aperfeiçoamento dos controles internos. Assim, a auditoria interna atinge seus principais objetivos que são; investigar se as normas internas estão sendo cumpridas e aferir se há necessidade de criar novas regras ou aperfeiçoar as regras já existentes. Um detalhe importante a ser analisado é que auditor interno é empregado da empresa, por isso possui menor grau de autonomia em comparação com o auditor externo; o trabalho compreende a auditoria contábil e a operacional; e possui maior volume de testes a serem realizados, pois o auditor permanece mais tempo na empresa (CHRISTOFF E VIEIRA, 2017).

Figura 3 – Diferença entre Auditoria Operacional e Contábil

Diferença em relação a	Operacional	Contábil
Escopo dos exames	Amplo ou abrangente	Demonstrações contábeis
Área examinada	Todas relevantes	Financeiras relevantes
Realização do planejamento	Concentra no campo	Concentra no escritório
Modificação dos programas	Constantemente	Raramente
Concurso de especialista	Normalmente	Raramente
Questionários de avaliação	Raramente	Normalmente
Utilização de entrevistas	Normalmente	Algumas vezes
Procedimentos adotados	Alguns definidos e outros a serem definidos	Completamente definidos
Critérios	Alguns definidos e outros a serem definidos	Completamente definidos
Conhecimentos e habilidades	Especiais	Específicos da área
Quantidade de pessoal	Varia muito	Não varia
Fontes de evidências	Diversas	Registros e documentos
Relatório produzidos	Não possui modelo padronizado	Modelo padronizado denominado parecer
Conteúdo do relatório	Comentários	Opinião
Normas adotadas	Adota algumas normas da auditoria contábil	Definidas pelos órgãos de classe
Periodicidade dos trabalhos	Oportunidade definida em parceria com a administração	Anualmente, conforme a data de elaboração das demonstrações contábeis
Prazo de realização	Normalmente são longos	Normalmente são curtos
Áreas auditadas	Diversas	Financeira
Enfoque dos exames	Passado, presente e futuro	Passado

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul (2010).

## 2.4 Controles Internos

Segundo Almeida (2010) apud Tassi (2018), o controle interno é um conjunto de procedimentos e rotinas de trabalho que asseguram ativos, gerando dados contábeis confiáveis que auxiliam a administração. As alçadas dos funcionários e dos setores da organização devem estar claramente definidas em manuais internos, as atribuições devem ser segregadas, para que um mesmo funcionário não desempenhe funções incompatíveis dentro do sistema de controle interno. A auditoria interna deve apurar regularmente o cumprimento, pelos funcionários, do sistema de controle interno e normas internas, e se o sistema precisa de adequações, por isso sempre se efetuam testes e avaliações.

Há de se ter muito cuidado também com a automação e integração de sistemas, no caso de serem feitas de forma descuidada, podem de fato aumentar os riscos e ter a perda da capacidade de lidar com mudanças, no caso das instituições, quando se fala de risco de crédito e risco de mercado, é necessário muito cuidado para não aumentar seu risco de operação, citada a divisão de riscos em instituições financeiras, onde 50% seria o risco de crédito, 15% para o risco de mercado e 35% dos riscos operacionais. Citado acima, basicamente como temos o risco operacional acontecendo dentro da instituição, no que tange geralmente a parte sistemática de integração e automação de alguns processos, por isso temos de ter o perfil de um auditor para averiguar determinadas situações (DE OLIVEIRA E RADOS, 2017).

Manter a qualidade, o controle e o desempenho da empresa por meio da implementação de métodos preventivos de controle interno é indicar que um sistema desenvolvido de controle interno represente uma barreira protetora contra vários tipos de manipulação de dados e fraude (DE ANDRADE, 2020).

## 3. Aspectos Metodológicos

### 3.1 Delineamento da pesquisa

Quanto aos procedimentos técnicos, será realizada uma pesquisa bibliográfica, onde, através de levantamentos dos assuntos relacionados ao tema a ser pesquisado. De forma complementar, será feito um estudo descritivo através da pesquisa com os três bancos privados no Brasil com maior lucro líquido em 2020, com o objetivo de analisar como a auditoria interna contribui para o efetivo gerenciamento de riscos nas instituições financeiras, nas quais serão evidenciadas nas demonstrações contábeis e nos documentos públicos. A pesquisa bibliográfica é uma estratégia de pesquisa que busca a condução para qualquer pesquisa científica.

Para de Lima e Miotto (2007) a ênfase na forma de encaminhar e estabelecer o processo de pesquisa está relacionada à definição do método e procedimento que orienta o processo, partindo da seguinte observação que alguns relatos de pesquisa, especialmente na forma de definir seus procedimentos, carecem de rigor científico, e exigem que os pesquisadores esclareçam o que eles usam. A definição do método. Um dos procedimentos mais procurados pelos pesquisadores hoje é a pesquisa bibliográfica, onde eles podem definir suas escolhas sem dar a devida atenção ao objeto de pesquisa proposto. Por sua vez o método de estudo descritivo, tem como objetivo o fato de descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Neumann (1997) apud Da Silva (2014) nos diz que a pesquisa descritiva visa efetuar a descrição de processos, mecanismos e relacionamentos existentes na realidade do fenômeno estudado, utilizando, para tanto, um conjunto de categorias ou tipos variados de classificações. Triviños (1987) apud Oliveira (2011) cita que “o estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade”, onde o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer definitivamente alguma comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura.



### 3.2 Procedimentos de coleta e análise dos dados

Para expor as particularidades de cada instituição, a pesquisa utilizará dados e informações extraídas dos relatórios de cada banco, assim tal procedimento denomina-se documental, pois de acordo com Sá-Silva et al (2009) as fontes que serão utilizadas podem não ter recebido ainda nenhum tratamento analítico, ou ainda podem ser analisados de acordo com os objetivos da presente pesquisa. As informações necessárias para a exploração serão extraídas por meio do site da BM&FBOVESPA e também pelo site de cada instituição.

## 4. Resultados da pesquisa

Esta pesquisa limita-se à análise dos relatórios divulgados pelas instituições financeiras em seus sítios, visando estabelecer um ranking considerando os itens divulgados pelas instituições. Desta forma, este estudo não compara os relatórios com a realidade de suas práticas, ou seja, não se verifica se as divulgações condizem com a prática. De forma complementar, será feito um estudo descritivo através da pesquisa com as três instituições financeiras privadas no Brasil que apresentaram maior lucro líquido apresentados e gerados tendo como base as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, com o objetivo de analisar como a auditoria interna contribui para o efetivo gerenciamento de riscos, nas quais são evidenciadas nas demonstrações contábeis e nos documentos públicos.

### 4.1 Amostras das instituições financeiras

Os dados serão avaliados de maneira qualitativa apresentando os principais aspectos em relação a proposta da pesquisa. Para facilitar a análise, apresenta-se no Quadro 2 as instituições classificadas a partir da amostragem definida.

Quadro 2 – Instituições selecionadas

Nº	Razão Social	Sede	Histórico
1	Banco Bradesco S/A	Osasco-São Paulo	O Bradesco é fundado em 1943, em Marília, no interior de São Paulo, com o nome de Banco Brasileiro de Descontos. Sua estratégia inicial consiste em atrair o pequeno comerciante, o funcionário público, pessoas de posses modestas, ao contrário dos bancos da época, que só tinham atenções para os grandes proprietários de terras.
2	Itaú Unibanco S/A	São Paulo – São Paulo	O Unibanco nasceu em 1924 A “Casa Moreira Salles” foi fundada, se tornando banco posteriormente, já o itaú nasceu em 1943, com o nome de Banco central de crédito S.A fundado por Alfredo Egydio de Souza Aranha. Em 2008, se uniram os 2 bancos , fundando o maior banco da américa latina e um dos 20 maiores do mundo.
3	Banco Santander S/A	São Paulo – São Paulo, no Brasil Boadilla del monte, Espanha (Matriz)	Em atividade no mercado local desde 1982, o Santander Brasil é o terceiro maior banco privado do País por ativos. A atuação do Santander Brasil se divide em duas grandes estruturas: o banco comercial, que reúne todas as atividades do varejo, como atendimento a pessoa física e pequenas e médias empresas, e o atacado, voltado às grandes empresas e operações no mercado de capitais.

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se que as três instituições, possuem a matriz em São Paulo, considerado um polo financeiro do Brasil, o Unibanco com 97 anos de mercado, Bradesco com 78 anos e Santander fundado na Espanha em 1857 e no Brasil a 39 anos. O que demonstra a consolidação destas instituições no mercado financeiro nacional.

#### 4.2 Lucro Líquido do Ano de 2020

Apresenta-se na Tabela 1 o lucro líquido de cada uma das instituições, identificado através das Demonstrações Contábeis em IFRS, publicadas nos sites das instituições.

Tabela 1 – Lucro Líquido Ano de 2020 (Baseada nas demonstrações do IFRS)

Razão Social	Lucro Líquido	% lucratividade
2020		
Banco Bradesco S/A	R\$ 16,03 Bilhões	16,68%
Itaú Unibanco S/A	R\$ 15,06 Bilhões	15,03%
Banco Santander S/A	R\$ 13,45 Bilhões	14,51%
<b>Total</b>	R\$ 44,54 Bilhões	

Fonte: Elaborado pelo autor

Na Tabela 1, demonstra-se o lucro líquido de forma ranqueada, onde o Bradesco S/A, aparece com um lucro líquido de R\$ 16,03 Bilhões, o que representa uma lucratividade de 16,68%, na sequência o Itaú Unibanco com R\$ 15,06 Bilhões, demonstrando um percentual de lucratividade de 15,03%, e em terceiro lugar a instituição do Santander com um lucro um pouco inferior as demais instituições, porém com o percentual de lucratividade em 14,51%, acompanhando uma média do mercado financeiro no ano de 2020, entre as instituições analisadas.

#### 4.3 Contribuição da Auditoria Interna no Gerenciamento de Riscos

Apresentam-se os principais itens, analisados pela auditoria interna, no gerenciamento de riscos nas instituições analisadas. Os dados serão avaliados de maneira qualitativa apresentando os principais aspectos da gestão de riscos operacionais em cada instituição. Essa classificação apresenta-se no Quadro 3.

Quadro 3 – Principais itens no gerenciamento de riscos

Instituições	Banco Bradesco	Banco Itaú	Banco Santander
Setor Auditoria Interna	x	x	x
Comitês de gerenciamento de riscos	x	x	x
Controles Internos	x	x	x
Estrutura de gestão	x	x	x
Política e procedimentos da gestão	x	x	x
Publicação de relatórios da gestão	x	x	x
Conformidade com os acordos da basileia, nível I,II e III	x	x	x
Setor de Compliance	x	x	x
Setor Sustentabilidade	x	x	x
Publicação de demonstrativos contábeis	x	x	x
Comitê de Ética	x	x	x

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da análise dos relatórios divulgados pelas instituições verificou-se que os itens que compõem o gerenciamento dos riscos operacionais, estão apresentados em diferentes níveis de desenvolvimento. O Quadro 4 apresenta esta diferença nos níveis de desenvolvimento dos itens que compõem o gerenciamento dos riscos operacionais.

Para evidenciar esta diferença, foram atribuídas pontuações a cada item avaliado. Para a divulgação de um item detalhado foram atribuídos 2 pontos, quando o item apenas é mencionado foi atribuído 1 ponto e para o item que sequer foi mencionado foi atribuída pontuação 0.

Quadro 4 – Avaliação dos itens mencionados

Instituições	Banco Bradesco	Banco Itaú	Banco Santander
Setor de Auditoria Interna	2	2	2
Comitês de gerenciamento de riscos	2	2	2
Controles Internos	2	2	2
Estrutura de gestão	2	2	2
Política e procedimentos da gestão	2	2	2
Publicação de relatórios da gestão	2	2	2
Conformidade com os acordos da basileia, nível I,II e III	2	2	2
Setor de Compliance	2	2	2
Setor Sustentabilidade	2	2	2
Publicação de demonstrativos contábeis	2	2	2
Comitê de Ética	2	2	1
<b>Total da Pontuação</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>21</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor

De acordo com o Quadro 4 é possível observar por meio dos relatórios divulgados pelos bancos que os gerenciamentos dos riscos operacionais estão em níveis igualitários de apresentação. Desta forma é possível percebermos como as instituições analisadas descrevem de uma forma mais ampla a gestão dos riscos operacionais e estão capacitadas ao máximo e seguindo as obrigações estabelecidas e as cumprindo de maneira eficiente.

Faz-se um único apontamento, em relação a diferença percebida através da leitura e análises das divulgações realizadas pelas instituições e descritas nas notas explicativas, em relação à instituição Santander, onde o comitê de ética, não foi divulgado explicitamente qual seria o seu papel dentro da instituição. As instituições, Bradesco e Itaú, além de divulgarem, apontam um detalhamento de todo o funcionamento do comitê de ética. Já nos demais itens analisados, permaneceu a igualdade conforme aferição efetuada. Na sequência no Quadro 5, apresenta o Ranking das Instituições a partir da pontuação estabelecida no Quadro 4.

Quadro 5 – Ranking da Instituições

Ranking	Banco
1	Bradesco e Itaú
2	Santander

Fonte: Elaborado pelo Autor

A seguir serão apresentadas análises mais detalhadas de cada uma das instituições analisadas, a partir dos RI's e de suas demonstrações padronizadas pelo IFRS (*International Financial Reporting Standards*) que traduzido para o português, significa Normas Internacionais de Informação Financeira.

#### 4.4 Análise Individual Das Instituições

A análise individual foi realizada a partir dos relatórios integrados divulgados publicamente pelas instituições no mesmo período, ou seja, no ano calendário de 2020, onde consta a análise da auditoria e também todas as demais informações contábeis atreladas as mesmas, principalmente nas notas explicativas, e a partir da análise, buscou-se realizar um estudo descritivo baseado, em três pilares, considerados os mais importantes na relação auditoria interna e gestão de riscos, sendo eles: gestão de risco, risco de crédito e risco de mercado. Elas serão analisadas separadamente, para identificar como cada uma trata determinado risco, dentro de sua organização, a fim de evitar os riscos citados, e continuar tendo lucro e fomentando o mercado financeiro nacional, mitigando os riscos inerentes ao funcionamento das instituições.

Pelas características exploratórias dessa pesquisa, não foi medido o grau de profundidade da gestão do risco operacional de cada instituição, mas sim verificada a presença ou ausência de termos no texto dos demonstrativos e relatórios anuais para indicar a existência de aspectos relativos à gestão do risco operacional.

##### 4.4.1 Banco Bradesco

**Gestão de Risco:** A atividade de gerenciamento de riscos é extremamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. A velocidade dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade. O Bradesco, em razão do grave cenário da pandemia provocada pela Covid-19, que trouxe diversas reações na vida das pessoas e nos negócios, permanece apoiando seus clientes e funcionários. Apesar desse cenário desfavorável, alguns aprendizados foram incorporados nas operações, por exemplo, a forma de nos relacionarmos relacionamento com nossos clientes, fornecedores e o aumento do home office na Organização.

**Risco de Crédito:** o risco de crédito compõe-se na possibilidade de ocorrer perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como resultado do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados com a Organização, bem como à desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte. Este risco pode se concretizar de diversas formas, entre outras:

1. Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
2. Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
3. Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

A Organização realiza diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do efeito sobre os resultados e o patrimônio líquido da organização em condições normais e em condições de stress. Essas verificações levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo suas consequências utilizadas no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela organização. O gerenciamento de risco de crédito referente as operações com resseguros incluem o acompanhamento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best*, *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os alvos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através

de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e monitoramento nas análises das operações efetuadas, preservando a exatidão e a independência dos processos. É um processo efetuado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e fundamentados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Organização e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital. Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

**Risco de Mercado:** Este risco é identificado, mensurado, mitigado, controlado e reportado. O perfil de exposição a risco de mercado da Organização está ordenado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados tempestivamente de maneira autônoma das áreas de negócios. Todas as operações que expõem a Organização a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e grandiosidade, sendo todo o processo aprovado pela estrutura de governança.

O desenvolvimento de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, assegurando uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu à organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e levadas à aprovação do Conselho de Administração. No caso de ruptura de qualquer limite controlado pelo Departamento de Controle Integrado de Riscos, a diretoria da área de negócio responsável pela posição é informada do consumo do limite e rapidamente o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital é convocado para a tomada de decisão. Na situação em que o Comitê decida pelo aumento do limite e/ou alteração ou manutenção das posições, o Conselho de Administração é convocado para aprovação do novo limite ou análise da estratégia de posição

#### **4.4.2 Banco Itaú**

**Gestão de risco:** o Itaú investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que são a base das deliberações estratégicas para garantir a sustentabilidade dos negócios e para maximizar a criação de valor para o acionista. Estes métodos estão alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os alvos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gestão de capital, por sua vez, apoiam a administração da instituição através dos processos de observação e análise de risco e capital. O Conselho de Administração é o órgão principal responsável por determinar as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados, presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do Itaú, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC. O apetite de risco do Itaú é

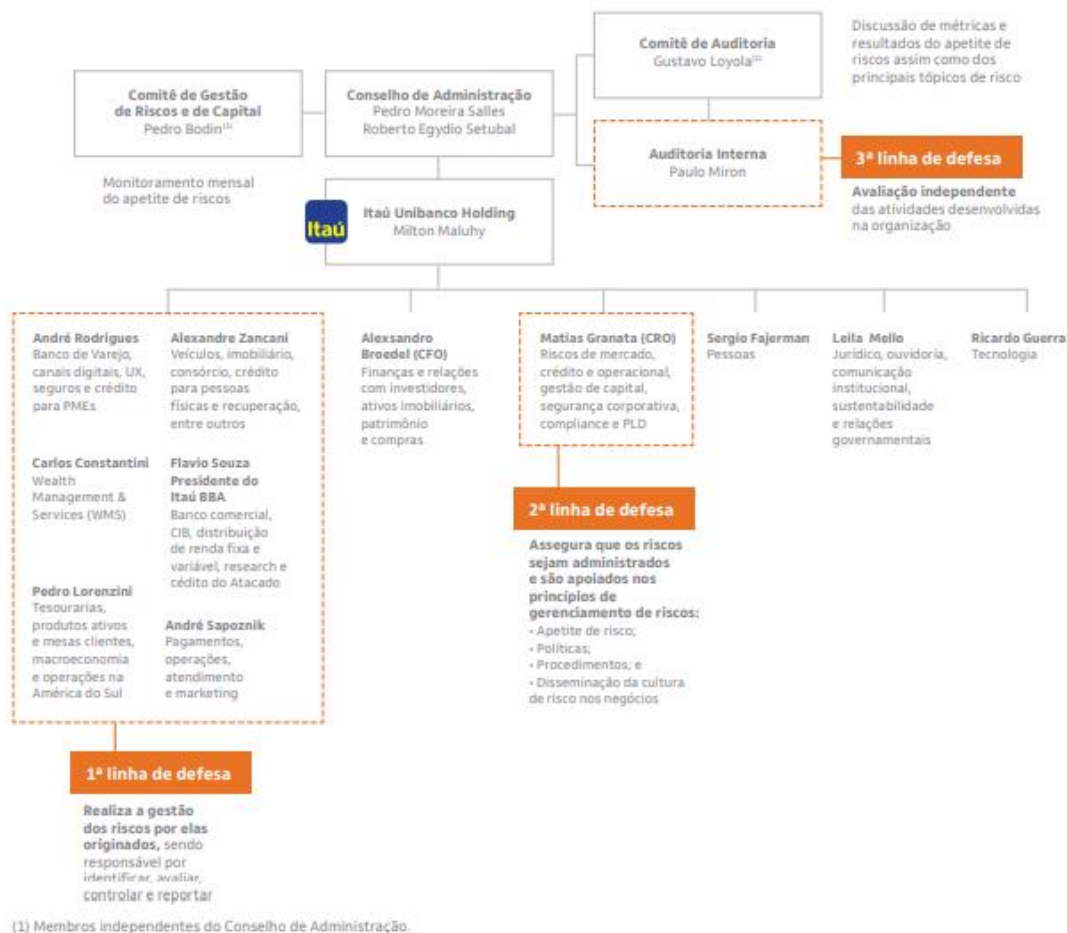
fundamentado na seguinte declaração do Conselho de Administração: “Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.” A partir desta declaração, foram estabelecidas cinco dimensões, compostas por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições.

**Risco de Crédito:** Risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em seguimento da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação. Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico. A política de crédito do Itaú, baseia-se em critérios internos como: classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros. Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a classificação de crédito é concedida com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour* score (usado para os clientes com os quais o Itaú já tem uma relação). Para grandes empresas, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico financeira da contraparte, seu poder de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas. O Itaú controla implacavelmente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada ultrapasse o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

**Risco de Mercado** O controle de risco de mercado é efetuado por área independente das unidades de negócio e responsável por realizar as atividades diárias de: mensuração e avaliação de risco, monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, aplicação, análise e testes de cenários de estresse, reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do Itaú Unibanco, monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança. A gestão de risco de mercado segue o desmembramento das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN e Circular 3.354, 27 de junho de 2007, do BACEN. A carteira de negociação é constituída por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se principalmente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos. O Itaú utiliza sistemas próprios para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*). Na Figura 4 observa-

se como está estruturada a gestão de riscos da instituição.

Figura 4 – Estrutura da gestão de riscos do Itaú Unibanco



Fonte: RI Itaú (2020)

#### 4.4.3 Banco Santander

**Gestão de Riscos:** A gestão de risco, praticada pela instituição Santander S/A é dividida em diversos princípios, são eles: Independência da função de riscos com relação ao negócio. Envolvimento da Alta Direção nas tomadas de decisão. Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais. Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais. Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e *credit scoring* e *behaviour scoring*, RORAC (Rentabilidade Ajustada ao Risco), VaR (*Value at Risk*, ou valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras. Visão global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão. Instrumentos comuns de gestão. Estrutura organizacional. Alçadas e responsabilidades. Limitação de riscos. Reconhecimento. Canais de informação eficientes. Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade. Mas eles têm foco principal em dois riscos inerentes a atividade atribuída de intermediador financeiro.

**Risco de Crédito:** O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O propósito é manter um

perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que equilibrem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de gestão de riscos e aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança. Abaixo na figura 5, com os dados dos últimos 3 anos, de empréstimos com a possibilidade de não recebimento e sua respectiva classificação de risco interna da instituição.

Figura 5 - Probabilidade de Perda em caso de Inadimplência

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
<b>Por Vencimento</b>			
Menos de 1 ano	219.062.744	186.196.849	186.373.511
Entre 1 a 5 anos	147.013.817	117.841.564	99.309.551
Mais de 5 anos	51.745.465	43.218.247	36.250.128
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto</b>	<b>417.822.026</b>	<b>347.256.660</b>	<b>321.933.190</b>
<b>Por classificação interna de risco</b>			
Baixo (1)	347.315.356	257.133.115	240.440.294
Médio-baixo (1)	24.277.405	56.549.196	50.485.682
Médio (2)	26.231.871	11.754.806	11.967.262
Médio-alto (2)	3.896.457	8.512.386	7.722.198
Alto (3)	16.100.937	13.307.156	11.317.754
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto</b>	<b>417.822.026</b>	<b>347.256.660</b>	<b>321.933.190</b>

(1) Operações classificadas no estágio 1  
(2) Operações classificadas no estágio 2  
(3) Operações classificadas no estágio 3

Fonte: Demonstrações Financeiras Santander 2020.

Observa-se na Figura 6 a perda média histórica e já calculada através dos dados disponíveis, também dos últimos 6 anos da instituição:

Figura 6 - As perdas de crédito esperadas mensuradas através de dados históricos disponíveis

	2020		
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)(1)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	191.281.653	5%	41%
Crédito imobiliário - construção	45.791.869	3%	7%
Empréstimos a pessoas físicas	178.652.145	9%	52%
Leasing	2.096.359	1%	31%
(1) Antes dos impactos de ajuste do modelo Pós.			
	2019		
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	145.387.439	7%	40%
Crédito imobiliário - construção	39.720.713	3%	10%
Empréstimos a pessoas físicas	160.036.668	10%	64%
Leasing	2.111.840	2%	41%

Fonte: Demonstrações Financeiras Santander 2020.

Ao analisar a Figura 6, faz-se necessário entender que: as exposições dos itens analisados aumentaram em praticamente sua totalidade, do ano de 2019 para o de 2020, menos o leasing, onde houve um pequeno decréscimo de exposição ao risco. Também podemos observar que a probabilidade de inadimplência baixou em quase sua totalidade, somente mantendo os 3% do Crédito imobiliário, e observou-se que a perda por inadimplência teve uma grande alteração nos



empréstimos a pessoas físicas com uma redução de 12%, e no leasing com uma redução de 10%. Já os demais itens permaneceram praticamente iguais ao ano anterior.

Probabilidade de inadimplência (PD): é a probabilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagar o principal e/ou juros.

*Loss Given Default* (LGD): é a perda produzida em caso de inadimplência. Em outras palavras, isso reflete a porcentagem de exposição que não pôde ser recuperada no caso de um evento de default.

**Risco de Mercado:** Risco de mercado é a apresentação a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. O VaR (*Value at risk*) médio da carteira de negociação do Banco em 2020 ficou em R\$30,3 milhões. Ainda em 2020, o risco de juros medido em termos da sensibilidade da margem financeira por um ano, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados às carteiras do Banco Santander, ficou concentrado na curva da taxa de juros em reais, que ficou positiva em R\$334 milhões. Todos esses números reportados acima, são auditados e conforme o relatório IFRS da instituição no ano de 2020. A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

## 5. Conclusão

A pesquisa buscou identificar a partir da análise das demonstrações contábeis, notas explicativas e relatórios de gestão, como a auditoria interna contribui para o efetivo gerenciamento de riscos das três instituições privadas no Brasil que apresentaram maior lucro líquido em 2020.

Para obter estudo detalhado, buscou-se no estudo descritivo, a identificação de três pilares, considerados os mais importantes na relação auditoria interna e gestão de riscos, sendo eles: gestão de risco, risco de crédito e risco de mercado. Toda a análise foi feita separadamente e após buscou-se identificar como cada uma trata determinado risco, dentro de sua gestão, a fim de evitar os riscos citados, e continuar gerando lucro e fomentando o mercado financeiro nacional, mitigando os riscos inerentes ao funcionamento das instituições.

Pelas características exploratórias dessa pesquisa, não foi possível medir o grau de profundidade da gestão do risco operacional de cada instituição, mas sim verificada a presença ou ausência de termos no texto dos demonstrativos e relatórios anuais para indicar a existência de aspectos relativos à gestão do risco operacional. Atrelado a isso verificamos todos departamentos das instituições, em especial os que gerenciam os riscos de cada uma, onde foi notado que as três instituições analisadas possuem uma sólida e rígida atuação nesse quesito, onde na concepção do estudo atingiram o máximo de solidez a fim de prevenção de riscos, sejam quais forem eles citados.

Foi possível identificar que em seus demonstrativos e informações disponíveis, chega-se à conclusão de que de fato a auditoria é de suma importância dentro delas, e é levada sempre em consideração em tomada de decisões, e que também ela está presente desde os trâmites iniciais com o cliente, disposto constantemente a deixar a confiabilidade do negócio maior para que ambas as partes interessadas possam usufruir da negociação sem ter receio de algo não estar fidedigno ao seu interesse. Mas é importante ressaltarmos que cada vez mais há a tentativa de fraudes dentro do mercado financeiro nacional, seja ela oriunda de parte externa ou interna, e é preciso que as instituições num todo estejam sempre buscando o aprimoramento conforme forem

surgindo alterações de algumas operações financeiras, para permanecerem com a imagem preservada e com a segurança que hoje já apresentam. Pôr fim com o presente estudo, espera-se que a auditoria interna, seja mais visível, a fim de termos a valorização do profissional contábil, em especial a figura do auditor, pois sem essa figura, muitos processos iriam ser falhos e facilmente violados na esfera do mercado financeiro.

Como sugestão para pesquisas futuras, inclui-se a realização de estudo similar em outras instituições financeiras públicas, de forma a ser possível comparar as estruturas de gestão de risco operacional existentes.

## **Referências**

A GRANDE APOSTA. Produção de Adam McKay. Brasil: Paramount Pictures, 2015. 1 Filme, 130 min.

BAASCH, Ana Carolina. **Análise da capacidade organizacional da PREVIC para o desempenho das suas funções institucionais**. 2020.30 f. Trabalho de conclusão de curso - ENAP, Brasília, DF, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Brasília : BACEN - DF, 2021.

Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/recomendacoesbasileia> . Acesso em 17 mai. 2021

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Brasília : BACEN - DF, 2021. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp>. Acesso em 05 mai. 2021

BARBOSA, Leocimar R.; LIMA, Fabrício W.; PIMENTA, Maraiza C. Compliance: Mecanismo para o combate aos crimes de lavagem de dinheiro em instituição financeira no Brasil. **Revista Raízes no Direito**, Anápolis, 2020, n. 1, v. 9, p. 33-53.

BLOK, Marcella. **Compliance e governança corporativa**. 3 ed. Rio de Janeiro. RJ : Freitas Bastos,2020.

BOEHM, Camila. Federação de bancos alertam para aumento de fraudes durante a pandemia. **Agência Brasil**, São Paulo, 23 set. 2020 Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/federacao-de-bancos-alerta-para-aumento-de-fraudes-durante-pandemia> Acesso em 21 mar. 2021

BRADESCO S/A **Demonstrações contábeis consolidadas IFRS**, 2020.

BRADESCO S/A **Relatório Integrado**, 2020.

CARRETE, Liliam S, TAVARES, Rosana. **Mercado financeiro brasileiro**. 1.ed. São Pualo, SP : Atlas, 2019.

CAVALCANTE, F.**Mercado de capitais**. 2 ed, São Paulo,SP. Elsevier Brasil, 2002.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ. Fortaleza: CRC-CE, 2021. Disponível em: <https://www.crc-ce.org.br/fiscalizacao/informacoes-importantes/auditoria-contabil/>. Acesso em: 28 abr. 2021

COSIF – Manual de Normas do Sistema Financeiro, Brasília, DF. Disponível em:  
<https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif>

CHING, Hong Yuh. **Contabilidade gerencial** : Novas práticas contábeis para a gestão de negócios. 1 ed1 São Paulo, SP : Pearson, 2005.

CHRISTOFF, Laíse A. K.; VIEIRA, Euselia P. **A gestão dos riscos operacionais nas instituições financeiras**. 2017. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Auditoria e Contabilidade Digital) - Unijuí. Ijuí, 2017.

DA SILVA, Anderson José. **Análise do risco de crédito das principais instituições financeiras que atuam no Brasil em relação a fatores econômicos do país**. 2017. 177 f. Dissertação de Mestrado (Ciências Contábeis e Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2017.

DA SILVA, Antônio João Hocayen. **Metodologia de pesquisa: conceitos gerais**. 2014. 57 f. Projeto de Pesquisa – Unicentro Paraná. Paraná, 2014.

DE ANDRADE, Alexandre Francisco. **Controle Interno**. 1 ed. Curitiba, PR : Contentus, 2020.

DE LIMA, Telma Cristiane S.; MIOTO Regina Célia T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Kátal Florianópolis**, Florianópolis, 2007, n. esp. v. 10. P.37-45

DE OLIVEIRA, Adalberto J.F, RADOS, Gregório J.V. **Método para Avaliação de Risco Operacional em Bancos**. 2 ed. São Paulo, SP : Edgar Blücher, 2017.

DE OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. 2011. 73 f. Pós-Graduação (Administração). Universidade Federal de Goiás. Catalão–GO, 2011.

DE OLIVEIRA, Virgínia I, PINHEIRO, Juliano L. **Gestão de riscos no mercado financeiro: Uma abordagem prática e contemporânea para as empresas**. 1 ed. São Paulo : Saraiva, 2018.

DE SOUZA, Jane Dias Gomes. **A importância na função de compliance em instituições financeiras**. 2013. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA Executivo em Finanças) - Ibmec. Rio de Janeiro, 2013.

DE SOUZA, Hamilton Edson Lopes. **Metodologia de auditoria interna**. 1 ed. Curitiba, PR: Contentus, 2020.

FAVERSANI, Carla Fuganti Schnitzius. **Auditoria em instituições financeiras e seguradoras**. 1 ed. Curitiba, PR: Contentus, 2020.

FERREIRA, Marta L.; PELEIAS, Ivam R.; PARISI, Claudio. Evidências do isomorfismo na gestão de riscos operacionais em instituições financeiras que atuam no Brasil. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Minas Gerais, 2021, n.1. v. 32. p 6-40.

Institute of Internal Auditors (IIA): International standards for the professional practice of internal auditing. International Standards for the Professional Practice of Internal Auditing (Standards), 2012. 15

ITAÚ UNIBANCO S/A **Demonstrações contábeis consolidadas IFRS**, 2020

ITAÚ UNIBANCO S/A **Relatório Integrado**, 2020.

MACHADO, Luiz Henrique Mourão. **Sistema financeiro nacional**. 1 ed. São Paulo : Pearson, 2015.

MODENA, José Luis. **Contabilidade de instituições financeiras: normas e práticas** . 1 ed. Curitiba, PR : Intersaberes,2020.

OLIVEIRA, Luiz Carlos S.; SOARES, Gustavo F. Gestão de riscos operacionais e controles internos: o caso de uma instituição bancária. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, 2018, n. 1. v. 12. p. 227-249.

PICCIN, S.; BEHR, A.; DA SILVA MOMO, F. Efetividade dos Controles em um Sistema de Contabilidade para Instituições Financeiras: percepções dos analistas, desenvolvedores e usuários. **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, v. 2, n. 2, 25 nov. 2019.

PORTAL DE AUDITORIA, 2016 Disponível em: <https://portaldeauditoria.com.br/funcoes-da-auditoria-interna/>

SANTANDER S/A **Demonstrações contábeis consolidadas IFRS**, 2020

SANTANDER S/A **Relatório Integrado**, 2020.

SANTOS, Lua Z, S.; BRESSAN, Valéria G. F.; MOREIRA, Vilmar R. DE LIMA, Romeu E. Risco de crédito e eficiência técnica nas cooperativas de crédito brasileiras. **Caderno Ebape**, Rio de Janeiro, 2020, n. 4, v. 18, p. 956-973.

SÁ-SILVA, Jackson R; DE ALMEIDA Cristóvão D; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental : pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Porto Alegre, RS, 2009.

SECRETARIA ESPECIAL DA FAZENDA, Brasília - DF, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados-do-me/>. Acesso em 10 mai. 2021

SILVA, Maike. 94% das instituições financeiras sofreram tentativas de fraude nos últimos 2 anos. **Revista Apólice**, São Paulo, 27 mar. 2019. Disponível em: <https://www.revistaapolice.com.br/2019/03/94-das-instituicoes-financeiras-sofreram-tentativas-de-fraude-nos-ultimos-2-anos/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SPERANDIO, Bruno. Instituições financeiras - conheça sua definição, funções e tipos. São Paulo, 17 jan. 2019 . Disponível em <https://fiis.com.br/artigos/instituicoes-financeiras/#:~:text=Todavia%2C%20as%20institu%C3%A7%C3%B5es%20financeiras%20desenvolvem,uma%20economia%20em%20desenvolvimento%20cont%C3%ADnuo.&text=Al%C>

3% A9m% 20disso% 2C% 20elas% 20tamb% C3% A9m% 20exercem,transa% C3% A7% C3% B5es% 20financeiras% 2C% 20poupan% C3% A7a% 20e% 20investimentos.

TASSI, Wilmo Graminho. **A auditoria interna como ferramenta para a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro em instituições financeiras**. 2018. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Controladoria e Gestão Empresarial) - Unijuí. Ijuí, 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, Mato Grosso do Sul – MS, 2010. Disponível em: <https://tce-ms.jusbrasil.com.br/noticias/2159629/principais-diferencas-entre-auditoria-operacional-e-contabil>